

CLIPPING JURÍDICO

26 de Julho de 2019



Artigos

- A reforma das reformas tributárias
- Vantagens da arbitragem tributária

Empresas

- Seis meses após Brumadinho, Vale ainda está 10% abaixo de seu valor de mercado
- Latam e Gol podem ficar fora da distribuição do espaço deixado pela Avianca em Congonhas
- Projeto de empreendedorismo é o novo foco do dono da Ser
- Azul fica com parte dos 'slots' da Avianca
- GM lança primeiro Corvette com motor centraltraseiro

Legislação & Tributos

- Decreto que cria comitê de monitoramento do mercado de gás é publicado
- Sai decreto sobre banco de dados de cadastro positivo
- Itaú e BTG conseguem no Carf afastar tributação sobre bônus de contratação
- Liminar libera União de pagar R\$ 6 bilhões à Varig
- Uso indevido de marca justifica condenação por danos morais, decide STJ

Notícias gerais

- MP da 'liberdade econômica' prevê mudanças em plano diretor de cidades
- Senado busca protagonismo com reformas constitucionais
- Mercados globais fecham no vermelho
- BNDES reduz desembolso ao nível do ano 2000
- Financiamento imobiliário pode crescer até 13% no ano



A reforma das reformas tributárias

Estávamos em 2004, quando o então deputado federal Luiz Carlos Hauly apresentou a proposta de emenda constitucional com vistas a alterar substancialmente o sistema tributário, tendo tramitado sob o nº 293/04 (PEC nº 293/04). A ideia era a criação de um imposto sobre valor adicionado (IVA) em substituição ao IPI, IOF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, SALÁRIOEDUCAÇÃO, CIDE, ICMS e o ISS, além da criação de um imposto seletivo federal. O foco é a tributação sobre o consumo, indiscutivelmente mais importante, mais complexa e mais polêmica.

Adormecida, foi reimpulsionada a partir da apresentação, pelo então deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em agosto de 2018, da emenda substitutiva nº 7/2018, que encampou a inovadora e lapidar proposta de reforma tributária estruturada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), criando o imposto sobre bens e serviços (IBS) em substituição ao ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. A emenda 7 buscava reformar várias imperfeições contidas na PEC 293, especialmente a grande subtração de competência tributária dos entes da federação e a preservação de elevada carga de complexidades.

Com a divulgação do resultado da eleição do novo governo e da não reeleição dos autores da PEC 293 e da Emenda 7, o processo legislativo ganhou velocidade incrível, na tentativa de fazê-la avançar no apagar das luzes daquele mandato. Em 11 de dezembro de 2018, a Comissão Especial de Reforma Tributária aprovou, com esforço derradeiro de seu autor não reeleito, o texto da PEC 293.

Renovado o parlamento em 2019 e diante da demora do governo federal em definir qual a reforma tributária que entendia ideal, a Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Rodrigo Maia, decidiu protagonizar as iniciativas para melhorar o sistema tributário nacional.

O primeiro passo foi a apresentação, pelo deputado Baleia Rossi, na proposta de emenda constitucional nº 45 (PEC nº 45/2019), que novamente encampou a proposta de reforma tributária estruturada pelo CCiF, deixando definitivamente de lado o texto da PEC 293. É esta a proposta que caminha a passos largos, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e, agora, em discussão no âmbito de Comissão Especial criada para este fim.

A despeito de superada no âmbito da Câmara dos Deputados, a antiga PEC 293, já sem espaço naquela casa, ressurgiu no Senado Federal sob nº 110 (PEC nº 110/2019), em 16 de junho de 2019, tendo claro objetivo de, por outro caminho, fazer frente à PEC nº 45/2019.

Houve uma inversão de papéis. O fato é que ambas serão confrontadas neste percurso, já que devem, independentemente de suas origens legislativas, passar por ambas as casas do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Para apimentar os debates, parece que todos resolveram tirar coelhos da cartola e apresentarem as suas propostas em direções distintas daquelas que protagonizam os debates no Legislativo. Dentre elas, o governo federal anuncia apresentar sua proposta criando um imposto único federal, dentre outras modificações.





O Instituto Brasil 200 ressuscita o internacionalmente fracassado imposto único sobre movimentações financeiras. Os Estados, por seus Secretários de Fazenda, apresentam proposta para afastar a União da gestão do IBS previsto na PEC 45 e um plano alternativo para eventual aprovação da proposta do governo federal.

Correndo por fora, tem a turma do “deixa quieto”, pregando ajustes pontuais e/ou a manutenção do sistema tributário atual. Com justas razões fundadas em reprovável comportamento pregresso da administração pública, receiam que a transição terá complexidade multiplicada, que o imposto possa vir para ficar em adição – e não em substituição – a outros, que a carga possa ser majorada e que efeitos colaterais possam acentuar as imperfeições do sistema atual. Defendem que o sistema atual não é tão ruim que não possa piorar.

Enfim, o debate é fundamental e inerente à democracia. Críticas e sugestões são fundamentais a melhorar as propostas em debate. Particularmente e por acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos junto ao CCiF, sob a coordenação de Bernard Appy, Eurico de Santi, Vanessa Rahal Canado, Nelson Machado e Isaias Coelho, junto com uma plêiade de colaboradores que se reúnem semanalmente na entidade, estou convencido que a PEC 45 é, na essência e com possíveis aperfeiçoamentos, a melhor das iniciativas ao nosso país.

Traz simplicidade, isonomia, neutralidade na tomada de decisões, transparência e assegura arrecadação em base sólida.

Proporciona segurança jurídica, previsibilidade, economia e maior justiça tributária. Tributa quem nada paga, assegura arrecadação aos entes da federação, reduz a tão criticada regressividade nos tributos sobre o consumo. Respeita a legalidade, moderniza o sistema, preserva a concorrência de mercado, torna o país competitivo e o habilita a receber investimentos. Todos ganham.

Eduardo Salusse é Advogado graduado pela PUC/SP, mestre em direito tributário pela FGV Direito SP, doutorando em direito pela PUC/SP e professor de pós-graduação na FGV/SP.

Fonte: Valor



Vantagens da arbitragem tributária

A realidade que chega sem bater à porta é a de que os tempos são outros. A economia internacionalizada é fato que não mais só se ouve dizer, mas se sente nas relações cotidianas.

Os negócios da economia digital e novas formas de negócios antes impensáveis vieram para alterar as relações jurídico econômicas, causando a necessidade de adaptação do direito e dos mecanismos para solução de conflitos em matéria tributária à disposição do Estado e dos contribuintes.

Num cenário em que as fronteiras deixam de ser entraves à realização de negócios, cujas modalidades evoluem cada vez mais para plataformas digitais, o Estado deixa de ser voltado apenas a seus próprios interesses e passa a ser convidado à preservação do seu relacionamento com os administrados, colocando-se diante da necessidade de modernizar as regras que regem as relações jurídicas e as formas de solução de conflitos, de modo a alcançar novos fatos geradores de incidência tributária, a assegurar a efetividade e agilidade na cobrança de tributos pelo Fisco e a garantir, ao mesmo tempo, menor burocracia e mais segurança jurídica aos contribuintes.

É preciso abandonar preconceitos e se conscientizar que a arbitragem em matéria tributária pode ser vantajosa

No Brasil, a constante necessidade de criação de programas de parcelamento de débitos para recuperar tributos não pagos demonstra que os atuais mecanismos disponíveis para a cobrança e discussão administrativa/judicial do crédito tributário não são suficientes.

De acordo com dados divulgados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no ano de 2018, a recuperação de créditos da dívida ativa por meio da execução forçada (execução fiscal) representou apenas 25%, enquanto a recuperação por meio da concessão de benefícios fiscais (que inclui os programas de parcelamento e anistia de débitos) chegou a 47%. Além disso, as execuções fiscais se acumulam no Judiciário. De acordo com pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizada em 2016, representam 75% das execuções em trâmite e 39% de todos os casos pendentes de julgamento no país.

Em uma economia globalizada, digital e altamente competitiva, não há espaço para que empresas aguardem anos por uma decisão judicial e que, quando proferidas, essas não reflitam o conhecimento específico necessário à compreensão e desate da matéria tributária envolvida, comprometendo operações industriais/comerciais e, não raras vezes, a continuidade da atividade empresarial.

Por outro lado, não há como se exigir que magistrados se capacitem para atender às particularidades das demandas tributárias, em especial àquelas mais atuais, que versam sobre relações inerentes à informatização e à diversidade de novas relações negociais.

É nesse contexto de significativa modernização das relações econômicas e de pouca eficiência do Poder Judiciário, que se faz necessário o debate sobre a arbitragem em matéria tributária no Brasil, como já fizeram outros países, a exemplo de Portugal.





Para além dos desafios e os entraves existentes na atual legislação para concretização da arbitragem em matéria tributária no Brasil, é preciso abandonar preconceitos e se conscientizar que a arbitragem em matéria tributária pode ser vantajosa para os contribuintes e para o Estado, fomentando o interesse e o engajamento na busca por medidas viáveis à sua concretização. Casos de classificação fiscal, por exemplo, que dependem da identificação de um bem na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e do regramento legal a ele aplicável demandam o conhecimento de detalhes técnicos do produto e sempre geram divergências entre Fisco e contribuintes sobre aplicação de alíquotas, regimes de substituição tributária, tributação na importação, dentre outras questões.

Além disso, em matéria tributária, frequentemente a solução da controvérsia depende da contribuição de um profissional especialista ou de outras áreas do conhecimento, alheias ao direto. São casos, por exemplo, de definição do conceito de insumos para fins de aproveitamento de créditos de PIS e Cofins, que dependem do exame da participação do produto no processo produtivo da empresa ou de operações no âmbito da economia digital, em que se faz necessário o domínio de conceitos técnicos presentes em operações de computação na nuvem para compreender a extensão da incidência tributária.

A solução para casos como esses seria mais bem construída por uma composição mista, com julgadores técnicos (técnico em informática ou engenheiro, por exemplo) e julgadores com formação jurídica, como se dá na arbitragem, e não demandaria a disponibilidade de receita tributária ou a desconsideração do poder de tributar do Estado.

Ao contrário, a utilização da arbitragem viabilizaria um termo justo de incidência, assegurando um mecanismo auxiliar para a arrecadação tributária do Estado, sem abrir mão da segurança jurídica e da efetiva prestação jurisdicional aos contribuintes.

Mariana Santos de Abreu Lima é advogada especialista em Direito Tributário de Grebler Advogados

Fonte: Valor





Seis meses após Brumadinho, Vale ainda está 10% abaixo de seu valor de mercado

Companhia perdeu R\$ 71 bilhões em um dia com a tragédia em janeiro

A Vale ainda se recupera de Brumadinho. Pelo menos, no mercado financeiro. As ações da companhia ainda são negociadas a um preço 10% do que o registrado um dia antes da tragédia, apesar da convicção de analistas do mercado financeiro de que companhia se recuperaria rapidamente.

No pregão anterior ao rompimento da barragem em Minas Gerais, as ações da empresa fecharam a R\$ 56,15. Com o tombo, foram a R\$ 42,38, uma perda de R\$ 71 bilhões em valor de mercado, a maior queda em um único dia na história da Bolsa brasileira.

Por volta das 15h34 desta quinta-feira (25), a cotação era de R\$ 50,35.

Nos Estados Unidos, as ações negociadas nas Bolsas de Nova York tiveram uma queda de US\$ 19,3 bilhões e estão mais próximos de se recuperar. Os papéis eram negociados a US\$ 14,75 antes da tragédia e agora estão a US\$ 13,26.

A recuperação da empresa, cujas ações chegaram ao pico de R\$ 53,65 no começo do mês, já era esperada desde o momento do desastre. Corretoras de investimento mantiveram, em sua maioria, a recomendação de compra para a Vale, com a perspectiva a longo prazo.

A valorização neste período se deve muito ao preço do minério de ferro, que vem em uma trajetória de alta desde o episódio, com a menor oferta da matéria-prima e adversidades climáticas que dificultaram a exportação. No início de julho, o produto atingiu sua máxima histórica, a US\$ 127, e acumula valorização de 60,3% desde 25 de janeiro.

Parte da redução da oferta do minério é explicada justamente pela menor produção da Vale, que precisou fechar minas por exigências legais.

“Para cada US\$ 10 por tonelada de aumento no preço do minério, o Ebitda da Vale aumenta US\$ 3 bilhões”, afirma a XP Investimentos em relatório. A estimativa da corretora é de Ebitda de R\$ 5 bilhões no segundo trimestre.

O Ebitda (lucro antes de impostos, depreciação e amortização) é uma medida usada por analistas do mercado financeiro para avaliar o resultado operacional da companhia. A empresa pode ter um Ebitda positivo e registrar prejuízo.

O BTG Pactual é mais otimista e espera um Ebitda maior que R\$ 6 bilhões no trimestre, cujo balanço será divulgado em 31 de julho. Ambas as instituições recomendam a compra dos papéis.

No primeiro trimestre, por conta dos impactos financeiros de Brumadinho, a empresa teve o seu primeiro Ebitda negativo em sua história, com déficit de R\$ 2,8 bilhões.

“Enquanto as ações da Vale estão inegavelmente baratas dentro de qualquer métrica, acreditamos que a redução de risco do papel vai ser gradual. Em uma base de comparação mercado para mercado vemos as ações a cerca de três vezes o Ebitda de 2019, o que é um dos patamares mais baratos que conseguimos nos recordar”, afirma o BTG em relatório.

O banco acredita ainda que a distribuição de dividendos da empresa, suspensa neste ano, deve voltar em 2020.





Essa bonificação dos acionistas é um dos chamarizes da companhia, que tradicionalmente tem umas das maiores divisões de lucros. Em 2018, os dividendos garantiram, no total, R\$ 7,7 bilhões a acionistas.

Por enquanto, outras medidas da companhia vieram para compensar os danos de imagem e financeiros com a tragédia.

A paralisação de barragens em risco por parte da empresa, além das bloqueadas pelas autoridades, foi vista com bons olhos por investidores. Assim como o investimento de R\$ 1,8 bilhão na recuperação ambiental de Brumadinho.

“Brumadinho teve mais risco de imagem do que impacto na produção da empresa. O local representa apenas 7% da produção de minério de ferro, o que é importante, mas não é devastador”, afirma Simone Pasionatto, economista-chefe da Reag Investimentos.

Para Pasionatto, a atuação estratégica da Vale frente à crise combinada ao mercado favorável, com altas recordes do minério e do Ibovespa, levaram a esta rápida recuperação.

“O patamar de R\$ 56 por ação não deve vir já no próximo trimestre, mas no final do ano”, diz a economista.

Apesar do valor de mercado se caminhar para os patamares anteriores ao desastre, a companhia ainda não recuperou o nível de investimento que tinha nas agências Moodys e Fitch. Nem a posição como terceira empresa mais valiosa do Brasil, sendo ultrapassada por Bradesco e Ambev.

Pasionatto acredita que, para além da recuperação, a companhia deve superar o valor pré Brumadinho. Como destaques positivos, ela cita a retomada das atividades no complexo de Vargem Grande, em Minas Gerais, que estavam suspensas desde fevereiro, e, em especial, a aposta da mineradora no minério de melhor qualidade, como o extraído em Carajas, na Amazônia.

“Investidores encaram a empresa como muito sólida e robusta e não deixaram de acreditar nela. As mesmas pessoas que venderam as ações da Vale no dia seguinte a Brumadinho já as compraram de volta. Infelizmente, o mercado é muito mais racional do que emotivo”, diz Pasionatto.

Fonte: Folha de SP





Latam e Gol podem ficar fora da distribuição do espaço deixado pela Avianca em Congonhas

Anac anunciou nesta quinta novas regras para destino de slots no aeroporto

O desfecho da novela sobre o que vai acontecer com o espaço deixado pela Avianca Brasil no aeroporto de Congonhas foi definido nesta quinta-feira (25) pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

As gigantes Latam e Gol, que concentram a maior parte dos slots (permissões para poucos e decolagens) no aeroporto paulistano, poderão ficar sem nenhum novo espaço após a distribuição das vagas deixadas pela Avianca, que entrou em recuperação judicial no final do ano passado e teve sua concessão suspensa em maio.

A saída da Avianca Brasil resultou em um conflito entre companhias aéreas nos últimos meses, além de uma forte ameaça de concentração. Segundo dados da Anac, a Latam tem 236 slots diários e a Gol, 234 slots diários em Congonhas.

Nesta quinta, a Anac optou por elevar em dez vezes a definição do que é uma companhia aérea entrante, medida que tem um impacto direto na distribuição dos slots.

De acordo com o novo conceito, passa a ser considerada nova entrante a empresa que opera até 54 slots diários. Antes, a linha de corte eram apenas cinco slots diários.

Pela regra antiga, 50% dos slots deveriam ser distribuídos igualmente entre as competidoras já consolidadas e os outros 50% iriam para as novas empresas. Agora, 100% será distribuído primeiro entre as entrantes e só o que sobrar —caso essas entrantes não queiram ficar com todos os slots disponibilizados—

será distribuído para as companhias com mais de 54 slots diários.

É por isso que Latam e Gol podem acabar sem receber nenhum slot.

No cenário atual de Congonhas, a única companhia que opera no aeroporto nas novas condições de entrante é a Azul, que tem hoje 26 diários, ou seja, pelas regras anteriores, ela não poderia ser considerada entrante. Agora se encaixa na categoria e poderá se beneficiar. Antes da mudança, ela teria de dividir com as outras duas gigantes os slots restantes da Avianca. Agora, ele divide apenas com eventuais novas empresas que queiram operar no local.

Além da Azul, qualquer outra empresa entrante interessada em operar no aeroporto poderá participar da distribuição na categoria.

A distribuição deve ser feita na próxima semana. Até 41 slots diários, que eram operados pela Avianca, serão distribuídos às empresas consideradas entrantes em Congonhas, aquelas que possuem até 54 slots.

Os novos critérios se restringem à distribuição dos 41 slots e são temporários, até que uma resolução da agência seja revista. Ela não abrange os demais slots do aeroporto.

Em nota, a Latam diz que lamenta a decisão da Anac. "Reforça mais uma vez o cenário de insegurança jurídica do setor aéreo brasileiro. Além de não atender aos parâmetros globais, cede a pressão em benefício de um único player de mercado", diz a Latam.

Fonte: Folha de SP



Projeto de empreendedorismo é o novo foco do dono da Ser

Fundador da Ser Educacional, maior grupo de ensino superior das regiões Norte e Nordeste, Janguê Diniz está dedicando seus esforços para um outro projeto, o Instituto Êxito de Empreendedorismo. Em maio, Janguê mudou de Recife para São Paulo e metade do seu tempo já é dedicada à plataforma de cursos on-line de empreendedorismo para alunos carentes. "Minha meta é dedicar, em breve, 100% do meu tempo a esse projeto social", disse Janguê, que também é presidente do conselho da Ser.

Questionado se planeja vender a Ser Educacional para se dedicar integralmente ao novo projeto, Janguê nega que esteja vendendo o grupo de ensino. "Recebi proposta, mas neguei.

Ofertas de compra e venda acontecem sempre."

Para tocar a empreitada, Janguê convidou um seleto grupo de 34 executivos e empreendedores que se tornaram sócios do Instituto Êxito. Entre eles, estão nomes como José Olympio (Credit Suisse), Fabio Coelho (Google), Eduardo Alcalay (Bank of America Merrill Lynch), Cândido Pinheiro (Hapvida), Celso Niskier (Unicarioca), Rafael Furlanetti (XP), João Apolinário (Polishop), entre outros. Todos os 34 sócios doaram recursos para a criação do Instituto Êxito, cerca de R\$ 600 mil, e também fazem doações mensais de R\$ 500 para a manutenção do projeto. Além dos sócios fundadores, há cerca de 200 executivos que também contribuem com a empreitada.

"É impressionante a dedicação que o Janguê vem dando ao Instituto. Ele mudou para São Paulo para tocar esse projeto,

está conversando com muitos empresários, dá um grande trabalho reunir tanta gente boa", disse Cândido Pinheiro, vice-presidente da Hapvida, confessando que seu maior desafio hoje é conseguir tempo para se dedicar ao Instituto. "A

Hapvida está passando por um momento de grande transformação", afirmou. A operadora de planos de saúde fez quatro aquisições nos últimos dois meses, sendo que uma delas foi a São Francisco Saúde, por R\$ 5 bilhões, o que fez a Hapvida se transformar na maior operadora de planos de saúde em número de usuários.

O diferencial do Instituto Êxito é que todos os executivos participantes precisarão gravar aulas e também serão mentores de um grupo de alunos pré-selecionados. "Acredito que todos têm potencial para empreender, mas muitos, principalmente, as pessoas de baixa renda, não têm uma orientação", disse Janguê, que antes de fundar a Ser Educacional trabalhou como engraxate. "Na Ser, temos um projeto social que dá 50 bolsas de estudos para estudantes carentes, mas meu objetivo sempre foi criar algo maior", complementou. Janguê pretende dar mentoria para cerca de 20 estudantes.

Segundo Janguê, a expectativa é que em cinco anos, o Instituto tenha 1 milhão de alunos.

Fonte: Valor



Azul fica com parte dos 'slots' da Avianca

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) decidiu ontem distribuir a totalidade dos 41 horários de pouso e decolagens ("slots") da Avianca Brasil no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para as companhias consideradas "entrantes", aquelas com menor número ou até sem "slots" no aeroporto. O critério adotado incluiu a Azul, terceira maior companhia do país, na realocação. Já a Latam, que possui 236 slots, e a Gol, com outros 234 nesse terminal, não terão direito aos horários de movimentação da Avianca, que está em recuperação judicial desde dezembro.

Para tomar a decisão, a diretoria da Anac teve que flexibilizar a interpretação da norma que define a redistribuição dos slots. Antes, só teriam preferência as empresas aéreas com até cinco slots, o que restringiria o acesso da Azul, com 26 slots no aeroporto, o que corresponde a 4,8% do total disponível.

Para o caso dos slots da Avianca em Congonhas, a Anac considerou entrante aquela empresa que possui até 10% de participação nos horários disponíveis, o equivalente a 54 slots. Antes de submeter o assunto à decisão, a agência realizou um processo de tomada de subsídios para ouvir o setor.

A diretoria decidiu ontem também que realocação dos slots da Avianca em Congonhas terá caráter provisório. As companhias aéreas que assumirem esses horários de operação permanecerão com eles na próxima temporada, entre 27 de outubro deste ano e 28 de março do próximo ano. O processo de realocação dos slots começa já na segunda-feira.

O resultado será apresentado ao longo da próxima semana. Juliano Noman, diretor da Anac, disse que a urgência com a qual foi ajustado e aprovado o critério de redistribuição dos slots da Avianca Brasil em Congonhas partiu da necessidade de reduzir os impactos "já sentidos" no mercado com o fim das operações da companhia. Durante a reunião da diretoria, ele observou que há problemas relacionados à redução da oferta de voos e à perda de competição.

Noman mencionou que, entre os meses de abril de 2018 e 2019, houve uma alta de 39,5% no preço médio das passagens aéreas no país. "Esse aumento expressivo foi ainda mais alarmante quando olhamos para rotas específicas", disse, citando picos de alta de 72% nos voos Congonhas-Santos Dumont, 141,6% em Brasília-Galeão e 105,6% em Guarulhos-Salvador.

Ele foi o relator do processo de redistribuição dos horários de operação da Avianca em Congonhas. Neste caso, Noman disse que a saída da companhia em recuperação judicial foi ainda mais complicada, por se tratar do aeroporto com a "maior oferta saturada" do país.

Para o relator, o cumprimento rigoroso da norma atual não proporcionaria a "concorrência efetiva" no aeroporto. Haveria a possibilidade dos slots migrarem para a Latam e a Gol, que juntas possuem 87% dos horários de voos de Congonhas.





O relator admitiu que o mercado brasileiro pode não ter companhia com "escala economicamente viável" para se instalar em Congonhas e garantir a plena operação do aeroporto. Ele afirmou que, segundo parecer técnico, "não há solução viável no curto prazo para recompor a totalidade da oferta". Em nota à imprensa, a Azul elogiou a decisão. "A Azul aplaude a decisão da Anac de redistribuir os slots que não vêm sendo utilizados em Congonhas desde o encerramento das operações da Avianca no aeroporto. Como a companhia vem ressaltando, a medida favorece o consumidor e traz maior competitividade ao setor", afirma a nota.

A companhia também observou que a decisão amplia a concorrência em rotas domésticas importantes, como a ponte aérea Rio-São Paulo e São Paulo-Brasília, destacando que hoje Congonhas "tem 95% de suas operações concentradas em apenas duas empresas".

A Azul afirmou confiar "que os órgãos reguladores brasileiros encontrarão uma solução definitiva que trará maior benefício ao consumidor e um uso mais eficiente dos slots, que são um valioso recurso público."

Em nota, a Latam afirmou que lamenta a decisão da Anac, "que reforça mais uma vez o cenário de insegurança jurídica do setor aéreo brasileiro e que, além de não atender aos parâmetros globais da IATA [Associação Internacional de Transportes Aéreos], cede à pressão em benefício de um único player do mercado".

Procurada, a Gol não comentou a decisão.

Fonte: Valor



GM lança primeiro Corvette com motor centraltraseiro

É uma Ferrari? Brincadeiras à parte, nenhum fã irá confundir o novo Corvette Stingray com um dos carros da marca italiana. Mas esta também não é uma mera troca de geração. Trata-se do primeiro Corvette com motor V8 central raseiro.

É aquele tipo de mudança transformadora. Os bancos dianteiros foram reposicionados cerca de 40 cm à frente, o que alterou a silhueta do esportivo, historicamente marcada pelo longo capô. Com o deslocamento do cofre do motor, não há mais a necessidade de espaço na dianteira para acomodar o enorme V8 longitudinal, e o motorista fica quase sentado sobre o eixo. Isso mexeu na distribuição de peso entre os eixos - a GM diz que a aderência das rodas traseiras está bem maior. E também garante que as respostas da direção e o controle dinâmico estão notavelmente melhores.

Entretanto, em carros icônicos é sempre importante manter algum saudosismo. Por mais que a adoção do motor central raseiro aproxime o Corvette dos superesportivos europeus, o design preserva elementos característicos, como faróis, lanternas e o inconfundível aerofólio na traseira. O estilo mantém certo parentesco e é marcado por linhas geométricas, mas alguns admiradores irão achar que a vista lateral realmente mudou bastante.

Pelo menos a mecânica continua fiel às raízes. Agora instalado quase sobre o eixo traseiro, o musculoso 6.2 V8 a gasolina segue naturalmente aspirado com as clássicas duas válvulas por cilindro. São 490 cv, mas há um sistema de escape no pacote esportivo Z51 que aumenta o desempenho para 495 cv e 65 kgfm.

Embora sejam números muito inferiores aos 600 cv vistos no Ferrari Portofino e no McLaren 600 LT, a GM diz que o novo Stingray vai de zero a 96 km/h (0-60 mph) em menos de 3 segundos, no patamar dos supercarros europeus. O câmbio é de dupla embreagem e oito marchas. Na apresentação do novo Corvette, a GM anunciou que pretende vender a versão de entrada do modelo abaixo de US\$ 60 mil. Por isso, foi obrigada a descartar, por exemplo, o uso extenso de fibra de carbono em seu supercarro. O chassi é feito de alumínio e o impacto é visto no peso acima da média: 1.530 kg a seco.

Certas tradições são obrigatórias, e o Corvette mantém, por exemplo, o teto targa (rígido removível), que pode ser guardado no porta-malas traseiro - são dois bagageiros que, juntos, somam 357 litros. As rodas continuam a ser de aros 19 na dianteira, e 20 na traseira, mas na nova geração calçam pneus especiais Pilot Sport 4S da Michelin.

Por dentro, o novo Corvette vai impressionar mais que o antecessor. Seja pelas duas telas coloridas que exibem os instrumentos e a multimídia, seja pelo gigantesco console entre os bancos, que traz uma inusitada régua com mais de uma dezena de botões enfileirados. O ambiente é todo revestido em couro e capricha nos materiais de acabamento.





Tal como em outros Chevrolet, o novo Corvette traz sistema de som premium da marca Bose e oferece diferentes cores para a cabine - são seis opções de tons para as peças de acabamento e os cintos de segurança.

Entre os equipamentos, há ajuste elétrico com memória para o banco do motorista e um gravador de dados com câmera, que permite gravar cenas de diversão na pista e até ver como se comportou o manobrista.

Outro recurso interessante (que serviria bem aos brasileiros) é o sistema que eleva em 4 centímetros a suspensão dianteira, para não raspar em rampas e lombadas. O novo Corvette começa a ser produzido no fim deste ano na fábrica de Bowling Green, no Estado de Kentucky (EUA). Infelizmente não há previsão de importação para o Brasil.

Fonte: Valor





Decreto que cria comitê de monitoramento do mercado de gás é publicado

O governo federal publicou hoje (25) no Diário Oficial da União decreto criando o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural. Na terça-feira (23), o decreto foi assinado em solenidade no Palácio do Planalto, quando o governo lançou o programa Novo Mercado de Gás, que tem por objetivo de estimular a competição no setor.

Caberá ao comitê monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) eventuais medidas complementares.

Integrarão o comitê representantes dos ministérios de Minas e Energia, Economia e Casa Civil, além da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

De acordo com o decreto, o colegiado se reunirá a cada dois meses ou extraordinariamente, sempre que convocado e terá ainda que elaborar relatórios trimestrais sobre a evolução das ações implementadas para a abertura do mercado de gás no país.

Fonte: Agência Brasil



Sai decreto sobre banco de dados de cadastro positivo

O governo emitiu ontem o decreto 9.936, que regulamenta a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas físicas e pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. O funcionamento pleno do chamado "cadastro positivo" dependia desse decreto, já que não havia clareza sobre como os birôs de crédito deveriam administrar o acesso a esses bancos de dados.

O novo decreto estabelece que os gestores dos bancos de dados precisarão ter patrimônio líquido mínimo de R\$ 100 milhões e certificação técnica emitida por empresa qualificada independente, renovada, no mínimo, a cada três anos e revisada anualmente. Eles também deverão implementar um programa de gestão de vulnerabilidades, programa de prevenção de vazamentos de dados e controles de acesso privilegiado.

Os gestores dos bancos de dados também deverão disponibilizar serviços gratuitos de atendimento ao consumidor, que prestarão esclarecimentos aos cadastrados sobre os principais elementos e critérios considerados para a composição da nota ou da pontuação de crédito.

No caso de vazamento de informações, o gestor do banco de dados deverá avisar imediatamente às autoridades competentes e também os cadastrados afetados.

"Os bancos de dados apresentarão, para fins de composição do histórico de crédito, informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão, que sejam necessárias para a avaliação da situação econômico-financeira do cadastrado e da composição de sua nota de crédito", diz um trecho do decreto.

Fonte: Valor





Itaú e BTG conseguem no Carf afastar tributação sobre bônus de contratação

Os contribuintes obtiveram, neste ano, as primeiras vitórias no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre o bônus de contratação.

Existem ao menos dois casos julgados pela 2ª Turma da Câmara Superior, última instância do tribunal, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre esses valores.

Uma das decisões beneficiou o BTG Pactual, no mês de fevereiro. A outra, nesta semana, foi favorável à Itaú Corretora de Valores. O bônus de contratação, também conhecido como hiring bônus ou luvas, é muito usado pelo mercado financeiro.

As empresas utilizam como um atrativo para a contratação de profissionais altamente qualificados. Funciona, segundo advogados, como uma indenização - para cobrir eventuais perdas que ele teria ao deixar a outra empresa, como verbas rescisórias e os 40% de multa do FGTS no caso de ser demitido ou mesmo algum tipo de prêmio por tempo de serviço.

Só que a Receita Federal tem um posicionamento bastante restritivo em relação ao pagamento desses valores. Entende tratar-se de um adiantamento por um compromisso futuro assumido pelo empregado e, por estar vinculado a trabalho, deve integrar a base de cálculo das contribuições previdenciárias (cota patronal e de terceiros, cuja alíquota é de aproximadamente 26%).

Esse posicionamento vem sendo chancelado pelo Carf desde a nova composição, após a Operação Zelotes.

É por isso que as duas decisões são vistas como "extremamente relevantes" pelo mercado. "O Carf está mostrando que a verba não é tributável na sua essência", diz o advogado Leandro Cabral, sócio no escritório Velloza e representante do BTG Pactual no caso julgado pelo tribunal administrativo.

Nos dois processos, do BTG e da Itaú Corretora de Valores, os conselheiros entenderam que a fiscalização deveria ter demonstrado, por meio de provas fiscais, que o bônus de contratação estava vinculado ao trabalho - o que, em ambos, não aconteceu.

No caso do BTG, por exemplo, que foi julgado pela Câmara Superior em fevereiro, os conselheiros afirmaram que não havia indícios, no relatório fiscal de autuação, da existência de contrapartidas. A empresa, segundo a relatora, a conselheira Maria Helena Cotta Cardozo, representante da Fazenda, não impôs condicionantes ao profissional.

Ela levou em conta ainda o fato de o pagamento ter sido realizado antes de qualquer prestação de serviço. Com base em seu voto, a turma entendeu, de forma unânime, que o bônus de contratação teve natureza indenizatória, como defendia o contribuinte, e não remuneratória. O processo (nº 19515.001052/2009-78) já transitou em julgado - ou seja, não cabem mais recursos.

Já o processo da Itaú Corretora de Valores (nº 16327.720438/20 14-7) foi encerrado, nesta semana, com o placar de cinco a três.





Dos cinco conselheiros que votaram por afastar a incidência da contribuição previdenciária, quatro são representantes dos contribuintes e um da Fazenda. Mirian Denise Xavier, convocada como suplente, foi a única entre os auditores fiscais a acompanhar o entendimento.

Para a conselheira, faltou um detalhamento do fiscal que caracterizasse a verba como remuneratória. Ela citou que não havia ficado demonstrado, por exemplo, que no contrato de trabalho havia cláusula com previsão de multa, como devolução do que foi recebido caso o empregado deixasse a empresa. A Fazenda, nesse caso, ainda pode apresentar embargos de declaração à 2ª Turma da Câmara Superior.

"Ficou mais claro, com essas duas decisões, que a incidência ou não das contribuições previdenciárias vai depender das provas que constam nos autos e da abordagem da fiscalização", diz o advogado Carlos Vidigal, coordenador da área tributária do escritório Vinhas e Redenschi.

Ele pondera, no entanto, que as análises envolvendo o bônus de contratação são feitas muito caso a caso. "Não é que o Carf tenha dito que nunca mais vai cobrar", frisa. "Mas abre-se um caminho ao contribuinte. Se o bônus de contratação for anterior ao contrato de trabalho e se não estiver vinculado à prestação de serviço, como metas e prazos de permanência na empresa, o contribuinte tem chances de êxito."

Especialista na área de tributação, o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon, chama a atenção que essas decisões são importantes ainda porque possibilitam que outros contribuintes que discutem o mesmo tema também consigam levar os seus recursos para a Câmara Superior. "Poderão ser usadas como paradigma", diz. E, acrescenta, poderão servir de orientação sobre como as empresas devem proceder nos novos contratos.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que os julgamentos não abordaram a tese da "incidência da contribuição previdenciária sobre o pagamento do bônus de contratação". Os conselheiros, na visão do órgão, teriam reconhecido que "os bônus pagos não eram relativos à contratação do empregado".

"Vale destacar, por oportuno, que a Câmara Superior tem entendimento de que, em tese, a contribuição previdenciária incide sobre o pagamento de bônus de contratação", diz na nota a PGFN, que analisará a possibilidade de recurso no caso da Itaú Corretora de Valores.

Já a Itaú afirma, também por meio de nota, que a decisão "confirmou que a autuação era indevida, reconhecendo a legitimidade da interpretação da empresa".

Fonte: Valor



Liminar libera União de pagar R\$ 6 bilhões à Varig

A 17ª Vara Federal de Brasília concedeu uma liminar para suspender o pagamento de R\$ 6 bilhões, pela União, à massa falida da Varig. A decisão do juiz João Carlos Mayer Soares é temporária - vale até que a Justiça analise o mérito do pedido de impugnação à execução da sentença, formulado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Na prática, a decisão adiou a inscrição do valor em precatório e evitará que a União tenha que pagar qualquer montante já no ano que vem.

A Varig faliu em 2006 e há dois anos obteve no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de ser indenizada em razão dos prejuízos sofridos durante a política de congelamento de tarifas aéreas no Brasil entre 1985 e 1992, instituída pelo Plano Cruzado. Desde então, a companhia aérea tenta executar a sentença, isto é, cobrar na Justiça o valor devido.

A AGU argumentou que, ao contrário, a União é credora da Varig, uma vez que a empresa acumula cerca de R\$ 10 bilhões em dívidas tributárias.

Além disso, o governo precisou pagar R\$ 2,5 bilhões ao fundo de previdência Aerus, que reúne ex-funcionários e aposentados da empresa - medida também imposta pela Justiça, que entendeu que o poder público deve arcar integralmente com o custo das pensões até a conclusão do processo.

Para a AGU, o STF não fixou os valores que deverão ser pagos à Varig, sendo necessária uma nova perícia na fase de cumprimento da sentença, já que a primeira foi baseada em estudos antigos (processo nº 0002243-78.1993.4.01.3400).

"Entendemos que a perícia feita parte de bases que seriam irreais no mercado. Deve haver uma perícia econômica para comprovar efetivamente que os valores pleiteados lá atrás teriam suporte no mercado geral, com base nas leis de oferta e demanda", diz o subprocurador-geral da União na 1ª Região, Diogo Palau. Esse foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos semelhantes envolvendo usinas do setor sucroalcooleiro prejudicadas pelo congelamento de preços. A decisão da Justiça do Distrito Federal dá início a um novo capítulo da disputa entre Varig e União, que já dura mais de 20 anos. Em 2017, quando o plenário do STF confirmou o direito de a Varig receber a indenização bilionária do governo, já havia a dúvida sobre o valor exato devido e o destino do dinheiro. Na época, a discussão era se a União estaria abaixo dos trabalhadores e dos credores com garantia real - como o fundo de pensão Aerus - na lista de preferência. Durante o julgamento, representantes dos credores afirmaram que trabalhadores e o Aerus, em liquidação extrajudicial, teriam preferência. Já a AGU disse que o valor final só seria conhecido na fase de execução e que teria mais a receber do que a pagar à companhia aérea. Segundo o advogado Carlos Duque Estrada, que atua em ações trabalhistas direcionadas a antigas sócias da Varig, era esperado algum questionamento da AGU e mesmo um pedido de perícia. Antes do julgamento, acrescenta o advogado, houve tentativa de acordo, que não avançou justamente por divergências sobre o valor.

Fonte: Valor



<http://www.gcnlaw.com.br/>



Uso indevido de marca justifica condenação por danos morais, decide STJ

Induzir o consumidor a erro usando marca parecida com a de outra empresa já estabelecida gera o dever de pagar danos morais. O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que determinou o cancelamento do domínio da Decolando Turismo na internet e manteve a condenação da empresa, no valor de R\$ 50 mil, em ação movida pela Decolar.com.

Prevaleceu entendimento da relatora, ministra Nancy Andrighi. Ela levou em consideração o fato de a Decolar.com ser mais antiga e de que seu domínio na internet e sua marca também são anteriores aos registros da Decolando Turismo.

"Além disso, a má-fé pode ser caracterizada como 'atos antiéticos e oportunistas'. A situação analisada retratada no processo pode, sim, causar confusão nos consumidores e desvio de clientela", diz.

Em relação à indenização por dano moral, Nancy citou ainda precedentes do STJ segundo os quais esses danos "decorrem de ofensa à imagem, identidade e/ou credibilidade do titular do direito tutelado".

"Para a jurisprudência, a configuração do dano moral em tais casos é consequência da comprovação do uso indevido de marca, não sendo necessário demonstrar prejuízo ou abalo moral."

A ministra lembrou também que o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) prevê que os nomes de domínio que induzam terceiros a erro, desrespeitem a legislação ou violem direitos de terceiros não podem ser submetidos a registro.

"A confusão indevida entre os nomes de domínio é notória, pois se dá pelo fato de as empresas utilizarem o mesmo verbo – ainda que uma delas no gerúndio –, o que viola o direito de exclusividade do uso da palavra pela empresa Decolar.com, assegurado pelo artigo 129 da Lei 9.279/1996", afirma.

Fonte: Conjur





MP da 'liberdade econômica' prevê mudanças em plano diretor de cidades

A Medida Provisória (MP) 881, da "Liberdade Econômica", aprovada na comissão mista do Congresso e ainda dependendo de votação nos plenários da Câmara e do Senado, trouxe três dispositivos direcionados para a área ambiental. O primeiro libera exigências para instalações de painéis e sistemas de energia solar. Os outros dois afetam os planos diretores dos municípios, proibindo exigência de garagens em prédios e demandando estudos de impacto ambiental em obras que possam gerar afastamento de pessoas das regiões centrais das cidades. As propostas têm simpatia da área econômica do governo, mas não são consensuais no Congresso.

A MP perde a validade se não for aprovada até 27 de agosto, mas o prazo para votação, de quase quatro semanas, pode ser insuficiente por conta da votação da reforma da Previdência e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). As duas propostas devem consumir o esforço legislativo nas duas primeiras semanas da volta do recesso. O desafio é produzir um consenso entre os deputados e senadores para que o projeto não perca a validade. O relator da MP, Jerônimo Goergen (PP-RS), afirmou que está preocupado com os prazos e, por isso, está fazendo palestras e pedindo que os empresários e entidades patronais se mobilizem para irem à Brasília nos dias 13 e 14 convencer os deputados da importância da MP. "Se não tivermos uma lei dessas aprovada, a frustração da sociedade será muito grande", disse.

O relator não descarta negociar alterações em seu parecer para viabilizar a aprovação do projeto. A oposição está contra vários pontos do texto, como as dezenas de mudanças na legislação trabalhista - a principal delas, a liberação para trabalho aos domingos e feriados sem necessidade de acordo com o sindicato ou ato do Poder Executivo. Ao longo das negociações, o projeto cresceu muito, incluindo uma série de propostas setoriais e até incorporando outra MP, que facilitava o registro de empresas.

No caso das medidas ambientais, Goergen disse ao Valor que as propostas foram trazidas pelo governo. Como o parlamentar concordou com as sugestões, incorporou ao relatório.

O deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) foi um dos que não concordou com a ideia, tratando do tema com a área econômica. O debate levou a mudanças na redação original trazida à mesa. "O dispositivo trata de matéria que possui legislação específica. Os planos de uso e ocupação do solo são objetos de amplas discussões e de amplo controle social no âmbito dos respectivos entes federativos. Uma lei federal apresentar vedações em caráter genérico sobre matéria que é competência de entes subnacionais sem conhecer a realidade local de cada ente provavelmente não terá a efetividade desejada", disse Rigoni, destacando que também há leis ambientais específicas para tratar desses temas.





Uma fonte do governo aponta que as medidas são positivas para o meio ambiente, desburocratizando pequenos projetos de energia limpa na área solar, e vedando medidas de planos diretores municipais que podem no fim das contas serem danosas para o meio ambiente. Por outro lado, outro interlocutor do Congresso disse que as medidas não necessariamente terão impacto favorável ao meio ambiente e podem, ao contrário, levar a prejuízos, como maior emissão de poluentes em áreas de concentração populacional maior do que se teria normalmente.

Além de eventuais mudanças negociadas para viabilizar a votação, Goergen afirmou que devem ser feitos "quatro ou cinco ajustes de redação" na medida provisória no plenário da Câmara. Seriam erros de digitação que modificaram a legislação e que seriam corrigidos. Um desses erros, disse, é o fim do adicional periculosidade para motoboys, que aumenta em 30% o salário deles. "O correto era garantir o benefício para eles, mas só para eles e não liberar para outras categorias", afirmou o relator.

Fonte: Valor



Senado busca protagonismo com reformas constitucionais

Sem protagonismo nos primeiros seis meses do governo Jair Bolsonaro, o Senado projeta no segundo semestre voltar ao centro do debate político e econômico do país. A expectativa dos senadores deve-se às reformas da Previdência e tributária, mas outros temas também devem ajudar na recuperação do prestígio da Casa. Estão previstas as sabinas de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), caso seja confirmada a indicação a embaixador do Brasil nos Estados Unidos, e do novo procurador-geral da República, a ser indicado pelo presidente.

As reformas devem mobilizar, principalmente, os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, presidida pela senadora Simone Tebet (MDB-MS) e que possui algumas das principais lideranças da Casa. A ideia é analisar a tributária logo após a Previdência ser encaminhada ao Plenário. "Isso vai depender da forma como virá o texto do governo, que poderá chegar totalmente diferente desse que está com o relator", disse Simone.

Apesar da urgência da reforma da Previdência, alguns senadores afirmam que o Senado deveria analisar o tema no tempo devido, para que a Casa pudesse discutir profundamente a matéria. A ideia é defendida mais enfaticamente por senadores da oposição, mas não tem respaldo entre os governistas, que sustentam intenção de fazer mudanças pontuais por meio de uma proposta de emenda à constituição (PEC) paralela.

No caso da tributária, os senadores esperam que a Câmara aprove proposta de autoria do economista Bernardo Appy para mesclá-la com outra, do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Além disso, uma terceira, proveniente da equipe econômica, poderia ser incluída no texto final. Combinadas, elas seriam enviadas à Câmara e, posteriormente, à promulgação, se houver consenso.

Além das reformas, a CCJ deve sabatinar também o novo procurador-geral da República em setembro, quando se encerra o mandato de dois anos de Raquel Dodge. Ela foi escolhida pelo ex-presidente Michel Temer e não deve ser reconduzida ao cargo.

A nomeação do deputado federal Eduardo Bolsonaro como embaixador do Brasil nos Estados Unidos é outro assunto relevante para os integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE). São 18 os membros titulares do colegiado, que ficarão responsáveis por sabatinar e cancelar ou não a indicação do filho do presidente. O presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), tem pressionando para que o Palácio do Planalto envie a indicação o mais breve possível, já que o assunto deve levar aproximadamente 45 dias para tramitar. Outro assunto que deve atrair atenção a partir de agosto é a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) das chamadas "fake news". O colegiado é considerado uma reação do Congresso Nacional a ataques virtuais promovidos por redes bolsonaristas a parlamentares e ao Supremo Tribunal Federal (STF).





O requerimento para a criação da CPMI foi aprovado na última sessão do Congresso, no dia 3 de julho, e o presidente do Senado já pediu aos líderes que indiquem os nomes dos integrantes.

Juntos, esses temas são vistos como importantes para reequilibrar a sintonia entre as duas Casas. À margem das discussões, senadores chegaram a criticar publicamente a postura do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e a "lentidão" dos colegas deputados, o que tensionou o clima no Congresso. Na avaliação de alguns parlamentares, o Senado se tornou apenas "carimbador" das matérias aprovada na Câmara dos Deputados.

"[As pessoas] querem mudanças e as mudanças não acontecem. E não acontecem porque as coisas não andam na Câmara dos Deputados", criticou recentemente o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). "Eu estou senador desde o dia em que esta Legislatura se iniciou e, junto com vários colegas, estou me sentindo simplesmente um espectador. Todo o protagonismo está na Câmara dos Deputados", complementou.

Apesar da insatisfação geral, demonstrada publicamente, Davi Alcolumbre tem adotado um tom otimista e, principalmente, de "harmonia" com a Câmara. "Nós estamos harmonizados. Ao longo de duas décadas, foi o semestre mais produtivo do Senado, entre matérias deliberadas no Plenário e nas comissões, propostas aprovadas e sessões realizadas. Foi o mais produtivo dos últimos 25 anos", disse dias antes do recesso parlamentar.

Em sua defesa, o presidente do Senado tem destacado a aprovação de pautas como o fim da propaganda de cigarros, penas mais duras para traficantes de drogas, voto aberto para perda de mandato de parlamentares, além de adesão automática ao cadastro positivo. Segundo as contas da Presidência da Casa, foram deliberadas 134 matérias.

Fonte: Valor



Mercados globais fecham no vermelho

Os mercados globais viveram dois momentos bastante distintos no pregão de ontem. Logo após a decisão do Banco Central Europeu (BCE), que confirmou as expectativas dos investidores de que a instituição abriu caminho para novos estímulos monetários na reunião de setembro, as ações europeias e futuros em Nova York aceleraram ganhos, enquanto o euro recuava às mínimas de dois anos e os juros dos títulos soberanos cediam. No entanto, após o discurso do presidente Mario Draghi, interpretado como menos "dovish" (inclinado ao afrouxamento) que o esperado, os ativos inverteram o rumo.

O índice tecnológico Nasdaq sofreu a queda mais acentuada na sessão de ontem em Wall Street, recuando 1,00%, para 8.238,54 pontos. O Dow Jones, por sua vez, encerrou o dia em queda de 0,47%, a 27.140,98 pontos, enquanto o S&P 500 recuou 0,53%, a 3.003,67 pontos.

O mesmo resultado final negativo foi visto na Europa, com as bolsas fechando em queda depois de chegarem a apontar ganhos significativos. O índice pan-europeu Stoxx Europe 600 terminou o dia com desvalorização de 0,47%, aos 389,90 pontos, enquanto a referência de Frankfurt, o índice DAX, caiu 1,28%, a 12.362,10 pontos. O FTSE 100, de Londres, fechou em baixa de 0,17%, a 7.489,05 pontos.

Segundo o estrategista-chefe do banco digital Modalmais, Felipe Sichel, os comentários de Draghi reverteram o tom acomodatório do anúncio oficial. Apesar da projeção negativa para a atividade econômica na zona do euro,

"Draghi indicou que não houve discussão sobre possibilidade de corte já nesta reunião, mostrando que o comitê vê menos urgência no ajuste da política monetária do que o mercado", disse Sichel.

Os "yields" (rendimentos) dos títulos do Tesouro americano fecharam o dia em alta. O juro da T-note de dez anos subiu três pontos-base e terminou a 2,08%, enquanto o da T-note de dois anos subiu a 1,86%, de 1,83% do fechamento anterior.

O BCE decidiu manter sua taxa de depósito em -0,40% e a taxa "refi" em zero, em linha com as expectativas, e ajustou também a sua comunicação, deixando claro que o próximo movimento tende a ser um corte de juros. No comunicado, o BCE apontou que os juros permanecerão nos níveis atuais, ou mais baixos, até o primeiro semestre de 2020, acrescentando desta vez a possibilidade de corte de juros neste horizonte de tempo.

Fonte: Valor



BNDES reduz desembolso ao nível do ano 2000

O desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro semestre mostra uma instituição ainda afetada pela demora de retomada da economia, mas também aponta para um banco mais alinhado com os objetivos do governo Jair Bolsonaro, de tamanho menor do ponto de vista de balanço. No primeiro semestre, o BNDES desembolsou, a preços constantes, já deflacionados, R\$ 25,3 bilhões, 12,8% a menos que em igual período de 2018, no pior primeiro semestre desde os R\$ 21,7 bilhões de 2000. O recorde de desembolso para um primeiro semestre foi em 2014, quando o BNDES emprestou R\$ 125,3 bilhões.

As consultas - tradicional termômetro para medir a demanda das empresas por recursos do banco - recuaram, a preços constantes, 50,7% em relação ao primeiro semestre do ano passado, para R\$ 25,855 bilhões. O resultado foi o pior primeiro semestre desde a instituição do Plano Real, em 1994. No auge, as consultas ao banco atingiram R\$ 198,5 bilhões no primeiro semestre de 2010.

O superintendente da área de planejamento do BNDES, Pedro lootty, afirmou que há ainda uma terceira razão para o desempenho do banco, notadamente nas consultas. Ele explica que, desde outubro do ano passado, as consultas são computadas apenas depois que as empresas estão habilitadas. Com isso, segundo ele, há uma distorção na comparação das consultas com os seis primeiros meses do ano passado. "Mas o principal motivo para a queda [das consultas e desembolsos] é a demora na retomada da economia", frisa looty.

Mas lootty frisa que essa redução de tamanho do banco está em linha com os objetivos da instituição. Na divulgação de ontem, o BNDES mostrou que a infraestrutura foi o principal setor a receber recursos do banco entre janeiro e junho, com R\$ 11,45 bilhões no período, 4% a mais que nos seis primeiros meses de 2018.

"A infraestrutura é forte no banco, alinhada com as prioridades estratégicas", diz lootty, que reforça a intenção de fortalecer a ação da instituição como estruturadora de projetos de infraestrutura.

"Temos carência de bons projetos de infraestrutura. Vamos ver o banco mais ativo com estruturação de projetos da área", explica lootty, que reforça a projeção de desembolsos entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões ao fim do ano, a depender da velocidade da retomada econômica. "Quando a economia deslançar, vai deslançar para todos."

O superintendente destaca também o efeito da Taxa de Longo Prazo (TLP), mais alta que a antiga Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que tinha juros subsidiados. Com isso, lembra lootty, o preço do empréstimo aumentou e o grande atrativo do banco passou a ser os prazos de pagamento, maiores que a média e mais atraentes para projetos de longo prazo, como os de infraestrutura.

Ele também chama a atenção para a fatia das micro, pequenas e médias empresas dentro dos desembolsos.





Foram R\$ 11,5 bilhões para o setor, o que representou 45,6% do total emprestado pelo banco na primeira metade do ano. Para lootty, essa fatia deverá ficar estável até o fim do ano, a depender da retomada da economia.

Para o professor do Insper Sérgio Lazzarini, o desempenho do BNDES no primeiro semestre ilustra a falta de reação da economia. Além disso, segundo ele, com o encarecimento do custo do empréstimo com a adoção da TLP, a emissão de debêntures, por exemplo, já passa a ser uma forma mais em conta de conseguir recursos para investimento.

Lazzarini afirma que essa "refocalização" do banco de fomento para uma instituição com menor participação no investimento total do país é o "caminho correto". Ele ressalta que a própria área técnica do banco já havia concluído que parte dos empréstimos feitos no auge do uso de recursos do Tesouro injetados no banco acabou não se convertendo em investimentos propriamente ditos.

"Houve empresas de grande porte que reduziram o custo de capital e só. O importante é emprestar o dinheiro para quem não tem acesso [a outras formas de captação]", diz Lazzarini, citando a relevância do apoio a empresas menores. "É importante identificar onde o banco pode contribuir de forma mais efetiva, como em infraestrutura, ambiente e inovação", destaca.

Fonte: Valor



Financiamento imobiliário pode crescer até 13% no ano

A Abecip, associação das entidades de crédito imobiliário, revisou para cima suas estimativas para 2019. A projeção de expansão do financiamento total passou de 7% para 13%, com o crédito imobiliário chegando a R\$ 132 bilhões.

A previsão de alta dos empréstimos com recursos da poupança (SBPE) passou de 20% para 31%. A partir do FGTS, destinado basicamente para o programa Minha Casa Minha Vida, houve melhora na expectativa de queda: de -5% para -4%.

O crédito imobiliário total avançou 1% no primeiro semestre de 2019, ante 2018, praticamente estável em R\$ 60 bilhões.

Isso porque o financiamento pelo SBPE subiu 33%, para R\$ 33,7 bilhões, mas, com recursos do FGTS, houve recuo de 23%, para R\$ 26,9 bilhões.

O financiamento à construção com recursos da poupança (SBPE) cresceu 62,3% no primeiro semestre deste ano, ante igual período de 2018. Foram R\$ 8,2 bilhões contratados no período, ainda distante do patamar de R\$ 14 bilhões de anos pré-crise.

Gilberto Abreu, presidente da Abecip, destaca que, nos primeiros semestres dos últimos três anos, esse crescimento não passava de 5%. "Isso indica que os construtores estão voltando a colocar suas empresas para rodar, antecipando o movimento do mercado."

O financiamento para aquisição de imóveis, destinado à pessoa física, avançou menos que o otimismo das incorporadoras: 26% no primeiro semestre.

Na abertura dos dados, Abreu observa que o crédito para imóveis usados subiu 67%, enquanto para unidades novas caiu 6%.

"A venda de imóveis usados é um indicador antecedente do que vai acontecer com o mercado. Se estão comprando mais usados do que novos, é porque falta produto. O volume de financiamento de novas unidades depende de quanto foi construído", diz.

Fonte: Valor

